



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

Vol. 7 – Nº 15 - Janeiro - Junho 2012

Semestral

ISSN: 1809-6220

Artigo:

A política de expansão universitária como dispositivo de regulação dos modos de viver do jovem brasileiro

Autoras:

Leandra Bôer Possa¹

Maria Inês Naujorks²

¹ Universidade Federal de Santa Maria Programa de Pós-Graduação em Educação leandrarp@gmail.com Fone: 55 32229986

² Universidade Federal de Santa Maria Programa de Pós-Graduação em Educação minau@uol.com.br Fone: 55 32220379

Endereço residencial das autoras: Avenida Roraima, 1000, Cidade Universitária - Centro de Educação – Prédio 16 - Departamento de Educação Especial
Bairro Camobi – Santa Maria – RS – CEP: 97105-900

A política de expansão universitária como dispositivo de regulação dos modos de viver do jovem brasileiro

Resumo: O texto objetiva discutir o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) como política de cunho neoliberal que se constitui em dispositivo para a formação e regulação do jovem brasileiro subjetivando-o a ser empreendedor de si. A partir dos estudos foucautianos problematiza: como o REUNI coloca a formação universitária no fluxo das práticas sociais que regulam o investimento do/no jovem produtivo? Metodologicamente tecem-se argumentos analíticos que tem a intenção de fazer ver a política de formação universitária como regulação de um modo de viver produtiva dos jovens brasileiros no século XXI. Ao final aponta-se que as políticas de Ensino Superior, nas instituições federais, orientadas pelo REUNI, elevam a instrução universitária a uma maquinaria valiosa, que pelos efeitos de poder do saber científico, passam a ter efeito funcionais nas práticas sociais modelando a produtividade empreendedora dos jovens.

Palavras-chave: Formação Universitária; Jovens; Empreendimento; Política Neoliberal.

Abstract: The text aims to discuss Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) as neoliberal policy which constitutes the device for the formation and regulation of the Brazilian young subjectivity him to be entrepreneur to himself. From the foucautianos studies discusses: like the REUNI understand the university education in the flow of social practices that govern the investment of/in the young production? Methodologically loom on analytical arguments that intend to view the policy of university education as a way of regulating production of young Brazilians living in the XXI century. At the end, it indicates that the higher education policy, federal institutions, driven by REUNI, elevate to the university education to the valuable machine, that by the power of scientific knowledge, have functional effect in the social shaping entrepreneurial productivity of young people.

Key words: university education, young people, entrepreneur, neoliberal policies.

Como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), como dispositivo político, vem colocando a formação universitária no fluxo das práticas sociais que regulam o investimento no jovem brasileiro tendo em vista um modo de ser e de constituir-se produtivo? É a partir desta problemática que pretendemos analisar que os discursos em torno da formação em nível superior, no nosso presente, se constituem num modo de objetivar práticas sociais e econômicas que movimentam o processo de subjetivação dos jovens brasileiros.

Contextualizando a problemática é possível identificar no Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2005, aquilo que poderia ser o diagnóstico para as políticas de educação brasileiras, e para justificar o REUNI como política de reestruturação e expansão da educação da educação superior. O documento diz:

As matrículas escolares para o ensino fundamental são quase universais, mas os índices de repetência e as disparidades entre idade e série escolar permanecem altas a despeito de algumas melhorias nos últimos anos. O acesso à educação tem aumentado mais rapidamente nos estados mais pobres, mas consideráveis disparidades ainda existem entre regiões. Ao mesmo tempo, os índices de matrícula estão aumentando no ensino médio *e têm aumentado rapidamente no ensino superior, principalmente em instituições privadas*. No entanto, esse é um resultado relativamente modesto conforme os padrões da OCDE (OCDE, 2005, p. 194, *grifos nossos*).

Mesmo abaixo dos padrões da OCDE, o aumentado rápido de matrículas no ensino superior, que em 2001 era de 3.036.113 e em 2005 de 4.567.798, considerando as instituições públicas de ensino superior (BRASIL, 2009, 27), fazem confirmar que a expansão do ensino superior no Brasil tem já era uma constante mesmo antes do Programa REUNI instituído pelo decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. A expansão do ensino superior era pauta de reivindicação de muitos movimentos sociais e de movimentos corporativos como a União Nacional de Estudantes que, desde sua criação, entre 1930-1940, tem como tema de luta a reforma das instituições de ensino superior, a democratização de acesso e a garantia de permanência dos jovens brasileiros neste nível de ensino. Esta luta atravessa também sindicatos ligados as instituições e a sociedade civil.

A democratização do acesso e a garantia de um processo de formação em nível superior ganha lugar na vida comunitária, nas salas de estar das famílias de classe média - com os quadros de formatura na estante principal-, e, sobretudo, na representação social de que a formação possa garantir um futuro melhor e mais produtivo para aqueles que a possuem. A instituição universitária ganha este lugar porque opera na governamentalidade de um modo de vida, na medida exata em que passa a regular o meio correto de conhecer verdadeiro e científico que projeta uma certa produtividade econômica.

É neste contexto que a OCDE chama atenção para que o Brasil focalize a análise nas despesas públicas tomando como relação os gastos e os resultados sociais, do investimento na Educação Superior. Considera que no Brasil “O gasto público com ensino superior é menos eficiente na melhoria da situação da educação da população como um todo” (OCDE, 2005, p. 199). Nesta afirmativa o documento ainda ressalta:

As tendências dos indicadores sociais chamam a atenção para o fato de que a relação entre gastos públicos e resultados sociais é freqüentemente fraca. As comparações internacionais sugerem que alguns países alcançaram melhores indicadores sociais do que o Brasil com níveis iguais ou inferiores de gastos públicos (OCDE, 2005, p. 199).

Tomando estes dados fornecidos pela OCDE, é possível identificar que o Brasil na primeira metade do século 21, apesar de avanços, não cumpria com indicadores sociais que pudessem qualificar a sua educação superior. Ainda hoje não cumpre, pois em 2009, as instituições públicas, mesmo com quase 6 milhões de matrículas em cursos presenciais e 800 mil matrículas na educação à distância tem, aproximadamente, 13% de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos freqüentando o ensino superior.

A meta proposta no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), que pretendia “Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” (BRASIL, 2001, p. 37), tem sido olhada com muito pessimismo, mesmo sendo reeditada nas intenções do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) que indica como ação a expansão de oferta pelo aumento de vagas no ensino superior (principalmente no turno noturno); pela dinamização de vagas existentes, com a diminuição da evasão e de tempo para o tempo médio de finalização da formação; e pela ampliação de número de alunos por professores, considerando que hoje este é reduzido ocasionando ociosidade às vagas.

A possibilidade de expansão pelo aumento de matrículas, não é a única sustentação do REUNI, pois ele, também, se constitui de um dispositivo político orientado pelas organizações internacionais como a OCDE, que em 2005 e nos anos subseqüentes, coloca como meta o empreendimento estatal no ensino superior que precisa ser eficiente, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país. Mais que isso, coloca a formação universitária como um dos instrumentos-meio de acesso a renda que possibilita o aumento do consumo no sistema produção-capital.

Isso se esclarece na conclusão do relatório da OCDE em 2009 que anuncia: “a conclusão do ensino superior aumenta em 50% a renda dos trabalhadores” (AGENCIA BRASIL, 08/09/2009); pois “investir na educação é um meio para lutar contra a recessão e aumentar a renda futura”, como diz artigo da Folha de São Paulo (08/09/2009) citando o relatório da OCDE. Este mesmo artigo informa: “No caso do Brasil, os titulares de um diploma universitário ‘beneficiam-se de uma vantagem salarial muito superior a 100%’ em relação às pessoas que cursaram apenas o segundo grau, diz o estudo. (FOLHA, 2009)

Sendo assim, a partir de dados referentes aos anos 2006 e 2007, “O relatório [OCDE-2009] destaca que, diante da crise econômica mundial, investimentos em educação podem ajudar os países a se recuperar” (AGENCIA BRASIL, 08/09/2009). É neste sentido, que o Estado brasileiro tende a olhar a questão de que:

Em média, 34% da população jovem entre 25 e 34 anos dos países membros e parceiros concluiu o ensino superior. O relatório aponta que no Brasil esse índice é bastante inferior: apenas 10% dos jovens terminam a etapa. (AGENCIA BRASIL, 08/09/2009).

A necessidade de olhar para esta questão tem recorrência nas afirmações a seguir:

O período pós-crise econômica mundial será caracterizado por *"uma demanda sem precedentes" pelo ensino universitário*, afirmou, nesta terça-feira, Angel Gurría, secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com sede em Paris. Segundo a organização, o desemprego, que provavelmente se manterá elevado no período em que as economias começarem a sair da recessão, além das vantagens de um maior nível de educação, *"vão incentivar cada vez mais jovens a continuarem seus estudos por mais tempo"*. *"Os investimentos em capital humano contribuirão para a retomada do crescimento, sob a condição de que os estabelecimentos de ensino estejam em condições de responder a essa demanda"*, diz Gurría. Em seu relatório anual Olhar sobre a Educação - 2009, publicado nesta terça-feira, a OCDE recomenda aos governos que levem *"em conta a tendência de maior demanda por formações de ensino superior na elaboração de suas políticas de educação"* (FOLHA, 2009, grifos nossos).

Quatro elementos se sobressaem deste artigo e que são importantes para continuar a análise deste texto, são elas: aumento da demanda por ensino superior, vantagens de um maior nível de educação, continuar estudando por mais tempo, investimento em capital humano. Estes aspectos assinalados são incorporações feitas pelo REUNI em 2007 e para tanto vamos escrever as diretrizes de tal programa:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007, s/p).

O investimento do Estado no dispositivo político¹ – REUNI – faz operar como regulamentação o funcionamento e a justificativa de uma prática social de controle político e econômico da demanda populacional em idade ativa/produzida no Brasil. Para suprir o aumento por demanda no ensino superior, tem-se no REUNI o aumento de vagas de ingresso, redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas; no que tange as vantagens e eficiência na formação, tem-se a ampliação da mobilidade estudantil, regimes curriculares

flexíveis e circulação de estudantes entre cursos, instituições, bem como outras modalidades; para que os estudantes estudem por maior tempo, o REUNI prevê a articulação da graduação com os programas de pós graduação e modalidades de formação não voltadas a profissionalização precoce.

Este dispositivo político – REUNI – coloca em funcionamento um modelo de investimento em capital humano, que segundo Gadelha se constitui em uma teoria que tem um “novo tipo de economia política”, em que

[...] determinados valores econômicos, à medida que migram da economia para outros domínios da vida social, disseminando-se socialmente, ganham um forte poder normativo, instituindo processos e políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em indivíduos-microempresas – empreendedores (GADELHA, 2009, p. 172).

Pode-se, então, considerar para a análise do REUNI como dispositivo político a noção de governamentalidade, cunhado por Foucault nos cursos do *Collège de France* entre 1977 e 1979, para ele a palavra governamentalidade pode expressar três coisas:

Por ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Por ‘governamentalidade’, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência deste tipo de saber que se pode chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina. Isto, por um lado, levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, acho que deveria entender [...], o resultado do processo pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média, torna-se no século XV e XVI Estado administrativo, encontrou-se, pouco a pouco, ‘governamentalizado’ (FOUCAULT, 2008, p.143-144; 2010, p. 303).

A noção de governamentalidade cunhada por Foucault na citação acima se constitui em uma “governamentalidade política” como afirma Castro, pois “implica [...] a análise de formas de racionalidade, de procedimentos técnicos, de formas de instrumentalização” (2009, p. 191), que cumprem a função de organização da sociedade e da população.

A governamentalidade não toma as mesmas feições desde sempre assim, ou seja, desde o século XVI chegando ao século XIX. Para entender isso, Passos considera que Foucault procura pensar sobre as formas societárias nos encontros que estas têm com

diferentes formas de exercício do poder, seja a soberania, a disciplina ou o governo.

Para a autora,

São formas de relação de poder que a sociedade moderna irá modelar, ou, mais precisamente remodelar, a partir do século XVII e XVIII, consolidar no século XIX, e com as quais nos confrontaremos a partir da segunda metade do século XX” (PASSOS, 2008, p. 09).

Estes encontros e movimento de constituição do Estado e da sociedade e os efeitos das formas de exercício do poder não podem ser equivocadamente compreendidas, para Gadelha,

[...] não se deve incorrer no equívoco de se pensar que uma arte de governar baseada no modelo de soberania dá lugar a uma arte de governar assentada numa razão de Estado (em que as disciplinas, a normalização e a regulamentação já funcionam), e que esta, por sua vez, desaparece ou é desbloqueada em favor de uma sociedade governamentalizada (sociedade de governo); não se trata, com efeito de substituir pura e simplesmente soberania pela disciplina, e esta pelo governo. “Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que te, na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (Foucault, 1990, p. 291). Nessa disposição triangular, em que o poder é exercido, o que muda é o acento dado a um dos vértices em jogo (2009, p. 134-135).

Neste sentido, a governamentalidade como conjunto de técnicas e procedimentos a serviço de um tipo de racionalidade se constitui neste triplo soberania-disciplina-gestão governamental, tomando o sentido de governo político e de governo como condução das coisas do Estado e da população, ou seja, das pessoas.

Em rede a governamentalidade, também, ganha mais um sentido nos textos de Foucault nos cursos de 1981-1982 no *Collège de France*. Governamentalidade também tem o sentido da relação do sujeito consigo mesmo, num campo ético. Para Foucault,

[...] a questão do poder, do poder político, situando-a na questão mais geral da governamentalidade – entendida a governamentalidade como campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente político, entendida pois como um campo estratégico de relações de poder no que elas tem de nível, transformável e reversível -, então, a reflexão sobre a noção de governamentalidade, penso eu, não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo. Enquanto teoria do poder político como instituição refere-se, ordinariamente, a uma concepção jurídica do sujeito de direito, parece-me que a análise da governamentalidade – isto é, a análise do poder como conjunto de relações reversíveis – deve referir-se a uma ética do sujeito definido pela relação de si para consigo. Isto significa muito simplesmente que, no tipo de análise que desde algum tempo busco lhe propor, devemos considerar que as relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno destas noções que se pode, a meu ver, articular a política com a questão da ética (2006, p. 306-307).

A noção governamentalidade, que no âmbito de uma estratégia política tem como efeito operar num processo de objetivação/sujeição do indivíduo pela racionalidade política² trama-se, agora, com um processo de subjetivação em que o próprio sujeito se deixa capturar, exercendo sobre si, relações de poder que se dobram e o constituem e que o fazem exercer relações de poder sobre os outros Para Foucault a governamentalidade passa, no campo da ética a ser “[...] conjunto das práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos em sua liberdade, podem ter uns em relações aos outros” (2006, p. 286).

É nesta trama que Foucault nos possibilita o encontro com a noção de governamentalidade, e que a fazemos funcionar para pensar, uma forma de dizer sobre o Programa REUNI. Foucault nos oferece a noção de governamentalidade como grade de inteligibilidade e, por isso, ela constitui uma ferramenta produtiva, pois nos possibilita colocá-la na posição chave que faz funcionar um modo de dizer sobre o REUNI.

Neste sentido, poderíamos considerar o REUNI, como programa de política educacional, de estratégia para o Ensino Superior no Brasil. Ele se inscreve numa forma de governar que tem como meta uma parcela da população, um programa estratégico organizado pela razão de Estado, que regula suas ações a partir de diretrizes internacionais. São os cálculos e táticas especificamente econômicas e políticas que fundamentam a elaboração deste programa que tem como alvo a população jovem do Brasil.

O REUNI se constitui da trama de práticas de governo e de condutas humanas a partir de uma racionalidade política com feições técnicas de policiamento e controle da população, se utilizando das estatísticas e de um modelo de fiscalização sobre a circulação de bens e de pessoas. Tem um efeito de arte de governar com um poder individualizante e totalizante.

As estratégias de governamentalidade da Educação superior no Brasil, tendo em vista os excertos trazidos no início deste texto, são colocadas em funcionamento pela racionalidade neoliberal que Gadelha (2009) identifica como o novo espírito do capitalismo. Este novo espírito tem como referencia a teoria do capital humano em que o próprio sujeito/o humano se torna valor de troca. Para o autor a teoria do capital humano se constitui de

[...] conjunto de habilidades e destrezas que: “[...] em função do avanço do capitalismo, deve se tornar valor de troca. Para isso acontecer; esses atributos humanos precisam, de certa maneira, ser abstraídos das pessoas concretas que os detêm, das pessoas concretas com as quais existem, e se articulam (alinhar) em função de um fim externo a elas. Argumentaremos, portanto, que o ‘humano’, um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias dos homens, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital – entendido como uma soma de valores de troca que serve de base real de uma empresa capitalista” (GADELHA apud LOPES-RUIZ, 2009, p. 175).

O Estado brasileiro que se gesta nas políticas neoliberais para a educação, programando a ampliação de vagas e permanência em processos de formação, como no caso do REUNI, responde a racionalidade de uma teoria do capital humano. O investimento de uma economia política na educação superior, seja no indivíduo ou na população, constitui, de um lado, incremento do capitalismo na relação custo/benefício, já que aquele que é formado para ter competência e habilidades no trabalho (capital do sujeito) se torna um indivíduo economicamente ativo. E, de outro lado, ao fazer uso dos recursos-capital que dispõe, o sujeito se constitui em renda, o que lhe possibilita consumir e, por isso, manter e manter-se no mercado (GADELHA, 2009).

A racionalidade política, como lugar de onde se gesta o programa REUNI, tendo como referência os organismos internacionais que tratam de apontar como os indivíduos exercem e precisam exercer sua ação produtiva a partir de uma conduta econômica. As metas, então, são colocar em funcionamento uma maquinaria institucional pública para objetivar uma forma de a conduta produtiva dos jovens, tendo como meta a manutenção dos investimentos do Estado em capital humano que contribuirão para o desenvolvimento econômico do país.

A eficiência desta racionalidade, que no REUNI se qualifica na formação universitária que atinja cada vez mais jovens, esta em apontar que qualquer indivíduo investir em si como capital. Gadelha aponta para isso ao dizer:

[...] as competências, as habilidades e as aptidões de um indivíduo qualquer constituem, elas mesmas, pelo menos virtualmente e relativamente independentes da classe social a que ele pertence, seu capital; mais do que isso, é esse indivíduo que se vê induzido, sob essa lógica, a se tomar a si mesmo como capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma microempresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo - ou que retornem, a médio e/ou longo prazo,, em seu benefício – e a produzir fluxos de renda, avaliando racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam (2009, p. 177).

Aqui é possível encontrar o acontecimento da constituição de um sujeito empreendedor de si assujeitado por redes contínuas de vigilância e controle, mas, também,

subjetivado (tomando para si) um modelo de encontrar, independente do lugar que ocupa na esfera social, meios para constituir em si e para si competências e habilidades que lhe transformem em capital e, com isso, possam estabelecer suas relações de concorrência em relação aos outros.

Os programas do Estado - no caso o REUNI -, sob a ótica da racionalidade política neoliberal, mais que tramar a organização e o funcionamento do Estado, da sociedade, da instituição universitária pública e da população, tem a função de operar e colocar em funcionamento novos processos e políticas de subjetivação. É uma governamentalidade que estrategicamente vai programando novos modelos para que o indivíduo exerça e reconheça o empreendimento na qualificação de sua ação e tudo que dela deriva: desejos, emoções, necessidades³.

O programa REUNI se traduz pela massificação da formação universitária e pela permanência do jovem, por mais tempo nos processos qualificação, dando uma idéia da necessidade de este acumular, ao longo da vida, competências e habilidades que passam pela formação universitária/profissional. Uma capacitação acumulativa que “permitiria não só o aumento da produtividade do indivíduo-trabalhador, mas também a maximização crescente de seus rendimentos ao longo da vida” (GADELHA, 2009, p. 177).

Esta lógica incrementa o mercado, - mesmo desempregado este jovem pode ter a impressão de produtividade, de investimento em si -; incrementa o lugar que este sujeito ocupa ou poderá ocupar (a empresa); a ele próprio como consumidor que subjetivado para ser um agente ativo do mercado.

Como repercussão nas práticas sociais, um investimento de tal porte na formação universitária, mobiliza a população de jovens a perceberem-se para além de uma atividade de consumo, como agente ativo do mercado. Este investimento impulsiona, sobretudo, para que o próprio jovem constitua a si como micro-empresa, comercializando-se as interações humanas e dando lugar a um tipo de relação de concorrência em que podem ser comercializadas suas competências, habilidades e aptidões, estas conquistadas pela formação (GADELHA, 2009)

Por fim, o REUNI se constitui, a nosso ver, em uma estratégia política que tem como meta subjetivar um modo de produtividade empreendedora para os jovens brasileiros. Utilizando de técnicas, que ordenam a multiplicidade dos jovens em tono de uma formação universitária, o REUNI pode ser considerado uma estratégia que pode exercer controle social. Este controle está em fornecer um modelo de ser e produzir, tendo como referencia a teoria do

capital humano onde o investimento em si, no âmbito da formação, constitui-se em valor social normativo, sendo o empreendedorismo uma perspectiva da formação universitária que entra no fluxo das práticas sociais.

É possível, portanto, pensar que o REUNI ao re-modelar a instituição universitária pública, coloca em movimento a massificação de um modo de qualificação da vida do jovem brasileiro. Como dispositivo este programa entra no jogo das regularidades e da regulamentação, podendo caracterizar-se como estratégia para o crescimento econômico – como aponta os relatórios da OCDE, porque ordena e normatiza, faz o controle do risco e gerenciamento das individualidades. Sobretudo, porque a partir de um modelo de viver, produzir e subsistir, ao mesmo tempo opera produtivamente a relação sujeito-sociedade, também gesta uma racionalidade de governamentalidade neoliberal.

³ Dispositivo político porque primeiro, está implicado na produção de saber que constitui uma rede de discursos capazes de colocar em funcionamento a justificação e interpretação de práticas sociais; segundo porque é poder em se tratar de conceito, de estratégias e técnicas que fazem operar e ao mesmo tempo reajustar uma forma de orientação e de ação; e, terceiro porque se constitui em produtivo, sendo capaz de produzir um tipo de sujeito (FOUCAULT, 1998).

⁴ Tomamos aqui a noção de racionalidade política a partir daquilo que Foucault sinaliza como sendo “racionalidade da gestão do indivíduo. [...] tal como ela opera nas instituições e na conduta das pessoas. [...] que programa e orienta o conjunto da conduta humana” (FOUCAULT, 2010a, p. 319).

⁵ Para Gadelha “Esses processos e políticas de subjetivação, traduzindo um movimento mais amplo e estratégico que faz dos princípios econômicos (de mercado) o que seria uma sociedade de consumo numa sociedade de empresa (sociedade empresarial, ou de serviço), induzindo os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo a que estabeleçam cada vez mais entre si relações de concorrência” (2009, p. 178).

REFERÊNCIAS

- BBC Brasil. Crise estimulará procura por ensino superior, diz OCDE. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 08 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u620846.shtml>>. Acesso em: 12 de setembro de 2009.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 25 de março de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em 18 de março de 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Documento Elaborado pelo Grupo Assessor. Brasília: MEC, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília: MEC/INEP, 2001.
- CIEGLINSKI, Amanda. Ensino superior eleva renda do brasileiro em 100%, diz OCDE. **Agência Brasil**, Brasília, 08 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2009-09-08/ensino-superior-eleva-renda-do-trabalhador-brasileiro-em-100-diz-ocde>> Acesso em: 13 de maio de 2011.
- DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Vega – Passagens, 1996
- FOCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **A Hermenêutica do sujeito**: cursos curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Ditos e Escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2010a.
- _____. **Ditos e Escritos V**: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2006.
- _____. **Em defesa da sociedade**: cursos curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexão a partir de Michel Foucault, Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.
- _____. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.2, n.32, p. 171-186, maio/agosto, 2009b.
- ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Estudos econômicos da OCDE: Brasil 2005 / OCDE. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- PASSOS, I. C. F. **Poder, normalização e violência**: incursões foucautianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008.